



RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

Referente aos Períodos de Três e de Seis Meses findo
em 30 de junho de 2021 e

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais





Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Rio Paraná Energia S.A.

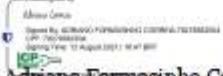
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Sumário

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	2
Desempenho econômico-financeiro	6
Principais indicadores	6
Receita	6
Custos e despesas operacionais	7
Ebitda e margem Ebitda	8
Resultado financeiro	9
Endividamento	10
Lucro líquido	10
Informações trimestrais - ITR	12
Balanços patrimoniais	12
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas da Administração	18
1. Informações gerais	18
2. Apresentação das informações trimestrais - ITR	23
3. Principais práticas contábeis	24
4. Gestão de riscos do negócio	24
5. Caixa e equivalentes de caixa	26
6. Clientes	26
7. Tributos a recuperar/recolher e diferido	27
8. Depósitos judiciais	28
9. Ativo financeiro vinculado a concessão	28
10. Imobilizado	29
11. Intangível	30
12. Fornecedores	31
13. Encargos setoriais	31
14. Empréstimos	31
15. Debêntures	32

16. Provisões para riscos	34
17. Juros sobre capital próprio a pagar.....	35
18. Provisão para grandes reparos	35
19. Partes relacionadas	36
20. Patrimônio líquido	37
21. Receita operacional líquida	38
22. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede	39
23. Resultado financeiro	39
24. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	40
25. Lucro por ação.....	40
26. Instrumentos financeiros	40
27. Seguros.....	41
28. Transação não caixa	41
29. Compromissos.....	41
30. Eventos subsequentes	42
Declaração da Diretoria.....	43
Membros da Administração.....	44

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
Receita operacional bruta	890.431	875.443	1,7
Receita de ativos financeiros	167.560	(83.063)	301,7
(-) Deduções à receita operacional	(180.941)	(173.888)	4,1
Receita operacional líquida	877.050	618.492	41,8
(-) Custos e despesas operacionais	(174.796)	(187.437)	-6,7
Resultado de participação societárias	432	(131)	429,8
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	702.686	430.924	63,1
Ebitda	768.155	494.143	55,5
Margem Ebitda - %	87,6%	79,9%	7,7 p.p.
Resultado financeiro	308.924	(360.504)	185,7
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.011.610	70.420	1.336,5
Lucro líquido do período	668.001	46.585	1.333,9
Margem líquida - %	76,2%	7,5%	68,7 p.p.
Quantidade de ações			
Ações em circulação	7.014.326	7.014.326	0,0
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,09523	0,00664	1.333,9

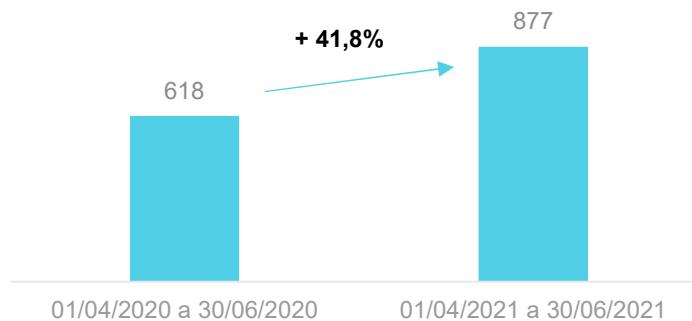
Receita

Em comparação com o exercício anterior, a Rio Paraná apresentou aumento de R\$ 258,6 milhões, ou 41,8%, na receita operacional líquida.

O impacto mais relevante que contribuiu para esse crescimento foi na receita de ativos financeiros, onde o aumento deve-se basicamente ao incremento do IPCA na comparação entre os dois períodos (2,08% no 2º trimestre de 2021 versus -0,62% 2º trimestre de 2020). O IPCA é o indicador utilizado para atualização da remuneração da outorga, cuja aplicação é acumulada.

Já na receita operacional bruta, destaca-se uma elevação da receita no ambiente de comercialização livre (ACL) em virtude do reajuste anual das receitas contratos bilaterais, e no ambiente de comercialização regulado (ACR) onde, além da atualização da receita de quotas prevista em contrato, houve um aumento extraordinário de 3,05% a partir de Jul/20, aumento esse obtido em virtude do bom desempenho de disponibilidade das usinas. Essas elevações foram parcialmente reduzidas pela queda nas receitas no Mercado de Curto Prazo (MCP) em virtude da piora do cenário hidrológico na comparação entre os dois períodos.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



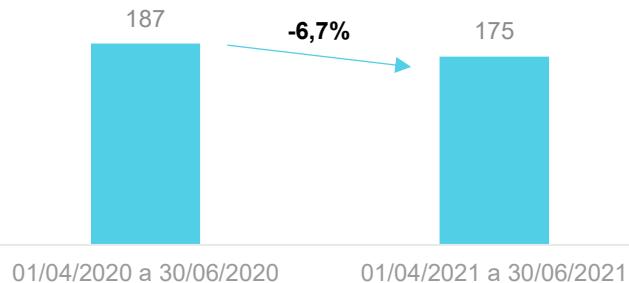
Custos e despesas operacionais

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
Pessoal	(20.283)	(20.392)	-0,5
Material	(3.037)	(2.211)	37,4
Serviços de terceiros	(15.530)	(12.031)	29,1
Energia comprada	(12.124)	(21.954)	-44,8
Depreciação e amortização	(65.469)	(63.219)	3,6
Encargos de uso da rede elétrica	(38.779)	(43.907)	-11,7
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(6.294)	(8.307)	-24,2
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(511)	(477)	7,1
Seguros	(2.017)	(1.964)	2,7
Aluguéis	(140)	(201)	-30,3
Provisões para riscos	(317)	-	-
Compartilhamento de despesas	(9.660)	(11.941)	-19,1
Outros	(635)	(833)	-23,8
	(174.796)	(187.437)	-6,7

As despesas operacionais apresentaram, no 2º trimestre de 2021, uma redução de R\$ 12,6 milhões, comparativamente ao mesmo período do ano de 2020. Na análise das variações, vale destacar:

- Serviços de terceiros: aumento de R\$ 3,5 milhões em razão de alguns projetos de manutenção nas usinas em andamento;
- Energia comprada: redução de R\$ 9,8 milhões, em razão da estratégia de sazonalização da garantia física para o período; e
- CFURH: redução de R\$ 2 milhões em razão da menor geração verificada nas Usinas no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



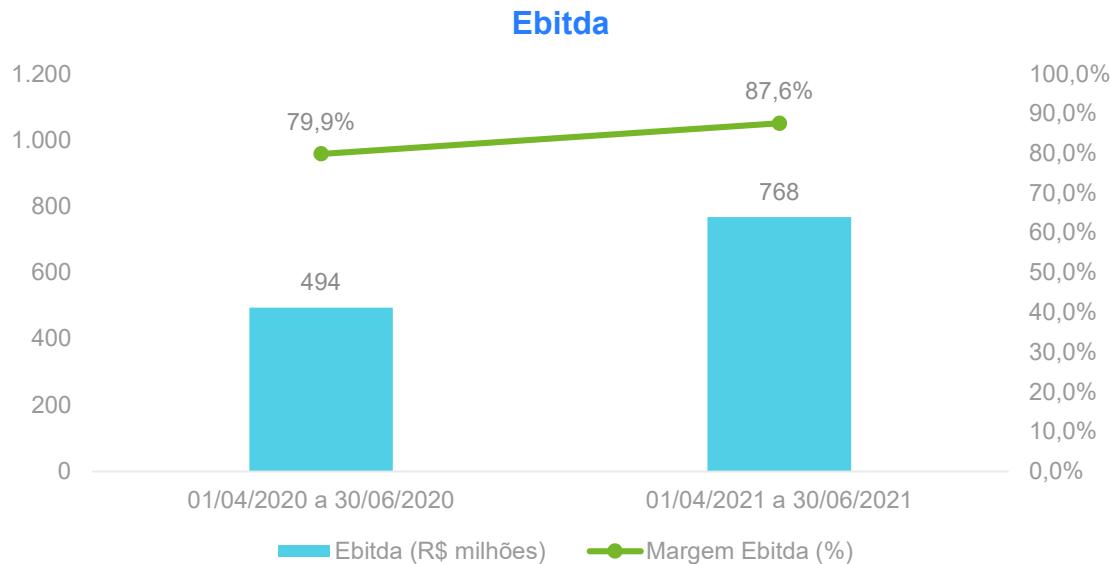
Ebitda e margem Ebitda

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
Lucro líquido do período	668.001	46.585	1.333,9
Imposto de renda e contribuição social	343.609	23.835	1.341,6
Resultado financeiro (líquido)	(308.924)	360.504	-185,7
Depreciação e amortização	65.469	63.219	3,6
Ebitda	768.155	494.143	55,5
Margem Ebitda	87,6%	79,9%	7,7 p.p.

O Ebitda, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou, na comparação entre o 2º trimestre dos anos de 2021 e 2020, um aumento de R\$ 274 milhões, o que representa 55,5% a mais do que o desempenho do mesmo período no ano anterior. Esse resultado é atribuível principalmente ao aumento na receita de ativos financeiros já mencionada anteriormente.



Resultado financeiro

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	Variação %
Receitas	478.775	15.686	2.952,2
Despesas	(169.851)	(376.190)	-54,8
Resultado financeiro líquido	308.924	(360.504)	185,7

O resultado financeiro líquido apresentado no 2º trimestre de 2021 foi positivo em R\$ 308,9 milhões, representando uma melhora de R\$ 669,1 milhões, comparativamente ao mesmo período no ano de 2020. Acerca dessa variação favorável, vale destacar o seguinte conjunto de informações:

- Redução de R\$ 705,7 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado pela amortização da dívida e pela variação do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no período;
- Queda de R\$ 33,9 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo;
- Redução de R\$ 5,5 milhões nas despesas financeiras de juros relativos ao empréstimo mantido pela Rio Paraná com o Banco Mitsubishi, principalmente em razão das amortizações realizadas entre os períodos comparados;
- Aumento de R\$ 73,5 milhões na despesa de atualização monetária referente ao ajuste a valor presente do passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos, em virtude do aumento do IPCA na comparação entre os períodos.

Endividamento

	30/06/2021	31/12/2020	Variação %
Debêntures	1.337.566	500.057	167,5
Curto prazo	118.262	-	-
Longo prazo	1.219.304	500.057	143,8
Empréstimos	1.350.483	2.025.562	-33,3
Curto prazo	675.483	675.562	0,0
Longo prazo	675.000	1.350.000	-50,0
Partes relacionadas	3.199.371	3.625.934	-11,8
Curto prazo	596.664	621.592	-4,0
Longo prazo	2.602.707	3.004.342	-13,4
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(375.430)	(167.446)	124,2
Dívida líquida	5.511.990	5.984.107	-7,9

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa. No 2º trimestre do ano de 2021, a dívida líquida apresentou uma redução de 7,9% em comparação com a posição final de 2020. Essa redução é efeito basicamente da amortização da dívida mantida com o Banco Mitsubishi, além da redução dos efeitos da variação cambial e juros incidentes sobre o empréstimo mantido em dólares pela Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Além disso, houve uma elevação na posição de caixa em 30 de junho de 2021 em razão da geração operacional de caixa no período.

	Remuneração	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020	Variação %
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/05/2023	3.199.371	3.625.934	-11,8
Tokyo - Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	1.350.483	2.025.562	-33,3
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	239.864	239.476	0,2
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	272.448	260.581	4,6
Debêntures	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	194.158	-	-
Debêntures	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	631.096	-	-
			5.887.420	6.151.553	-4,3

Lucro líquido

A Rio Paraná apresentou lucro líquido de R\$ 668 milhões, representando um aumento de R\$ 621,4 milhões em comparação com o resultado apresentado no mesmo período do ano anterior.

Dentre todas as razões mencionadas anteriormente e que contribuíram para esse desempenho, vale destacar a elevação da receita de ativos financeiros e a melhora no resultado financeiro líquido.

Lucro líquido (R\$ milhões)



01/04/2020 a 30/06/2020

01/04/2021 a 30/06/2021

Informações trimestrais - ITR

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO E 31 DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	375.430	167.446
Clientes	6	273.931	397.629
Tributos a recuperar	7.1	3.255	4.618
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	1.060.777	1.286.701
Serviços em curso		27.413	17.896
Despesas antecipadas		1.911	6.099
Outros créditos		6.036	9.784
Total do ativo circulante		1.748.753	1.890.173
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes	6	173	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	9.897.907	9.290.512
Depósitos judiciais	8	482.107	477.820
Despesas antecipadas		391	781
		10.380.578	9.769.113
Imobilizado	10	12.435	11.108
Intangível	11	6.510.568	6.331.971
Total do ativo não circulante		16.903.581	16.112.192
Total do ativo		18.652.334	18.002.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	12	68.524	82.132
Salários, provisões e contribuições sociais		16.632	19.740
Tributos a recolher	7.1	222.280	212.983
Encargos setoriais	13	48.250	45.325
Empréstimos	14	675.483	675.562
Debêntures	15	118.262	-
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	78.965	569.950
Partes relacionadas	19	600.319	628.168
Provisões para grandes reparos	18	168.268	67.135
Provisões para riscos	16	1.151	816
Outras obrigações		2.982	2.251
Total do passivo não circulante		2.001.116	2.304.062
Não circulante			
Tributos diferidos	7.2	857.060	703.116
Encargos setoriais	13	36.898	44.020
Empréstimos	14	675.000	1.350.000
Debêntures	15	1.219.304	500.057
Partes relacionadas	19	2.602.707	3.004.342
Provisões para grandes reparos	18	1.719.520	1.389.292
Provisões para riscos	16	158.417	156.438
Outras obrigações		5.705	4.969
Total do passivo não circulante		7.274.611	7.152.234
Total do passivo		9.275.727	9.456.296
Patrimônio líquido	20		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		327.022	327.022
Reserva de lucros		1.570.030	1.570.030
Lucros acumulados		830.538	-
Total do patrimônio líquido		9.376.607	8.546.069
Total do passivo e patrimônio líquido		18.652.334	18.002.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado

PERÍODOS DE TRÊS E DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional líquida	21	877.050	1.860.004	618.492	1.482.082
Custos operacionais					
Pessoal		(16.150)	(34.596)	(15.976)	(31.330)
Material		(3.037)	(5.426)	(2.207)	(4.876)
Serviços de terceiros		(12.670)	(22.566)	(10.359)	(19.181)
Energia comprada	22.1	(12.124)	(49.008)	(21.954)	(29.327)
Depreciação e amortização		(64.885)	(128.613)	(62.724)	(125.359)
Encargos de uso da rede elétrica	22.2	(38.779)	(77.200)	(43.907)	(73.071)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(6.294)	(13.033)	(8.307)	(17.345)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(511)	(1.229)	(477)	(4.758)
Seguros		(1.942)	(3.891)	(1.923)	(3.898)
Aluguéis		(122)	(411)	(147)	(603)
Provisões para riscos		(317)	(301)	-	-
Outros		(651)	(1.314)	(475)	(1.273)
		(157.482)	(337.588)	(168.456)	(311.021)
Resultado bruto		719.568	1.522.416	450.036	1.171.061
Outros resultados operacionais					
Pessoal		(4.133)	(9.945)	(4.416)	(9.253)
Material		-	(65)	(4)	(20)
Serviços de terceiros		(2.860)	(5.001)	(1.672)	(3.672)
Depreciação e amortização		(584)	(1.127)	(495)	(979)
Seguros		(75)	(154)	(41)	(93)
Aluguéis		(18)	(79)	(54)	(134)
Compartilhamento de despesas	19.3	(9.660)	(19.301)	(11.941)	(23.374)
Outros		16	26	(358)	(947)
		(17.314)	(35.646)	(18.981)	(38.472)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		432	(270)	(131)	(233)
		432	(270)	(131)	(233)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		702.686	1.486.500	430.924	1.132.356
Resultado financeiro	23				
Receitas		478.775	488.782	15.686	32.061
Despesas		(169.851)	(717.203)	(376.190)	(1.560.106)
		308.924	(228.421)	(360.504)	(1.528.045)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.011.610	1.258.079	70.420	(395.689)
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		(121.468)	(273.598)	(126.152)	(269.717)
Diferido		(222.141)	(153.943)	102.317	404.112
		(343.609)	(427.541)	(23.835)	134.395
Lucro líquido / (prejuízo) do período		668.001	830.538	46.585	(261.294)
Lucro líquido / (prejuízo) básico e diluído por ação	25	0,09523	0,11841	0,00664	(0,03725)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado abrangente

PERÍODOS DE TRÊS E DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro líquido / (prejuízo) do período	668.001	830.538	46.585	(261.294)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	668.001	830.538	46.585	(261.294)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.649.017	327.022	1.570.030	-	8.546.069
Resultado abrangente do período					
Lucro líquido do período	-	-	-	830.538	830.538
Saldo em 30 de junho de 2021	6.649.017	327.022	1.570.030	830.538	9.376.607
	Capital social	Reservas		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	270.254	917.563	-	7.836.834
Resultado abrangente do período					
Prejuízo do período	-	-	-	(261.294)	(261.294)
Saldo em 30 de junho de 2020	6.649.017	270.254	917.563	(261.294)	7.575.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos fluxos de caixa

PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.258.079	(395.689)
Ajustes em:			
Depreciação e amortização		129.740	126.338
Equivalência patrimonial		270	233
Apropriação de juros sobre empréstimo	14.3	29.489	53.101
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	19.4	91.217	164.563
Apropriação de juros sobre debêntures	15.2	244	-
Amortização de custos de transação	15.2	32	-
Provisão de juros e atualização monetária de ativos financeiros	9.1.2	(893.545)	(526.311)
Atualização da provisão para grandes reparos	18.2	459.163	(22.388)
Amortização ajuste a valor presente provisão de grandes reparos	18.2	(214.029)	106.317
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(4.299)	(7.900)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	19.4	(117.891)	1.253.346
Provisão para riscos	16.1.2	291	-
Variação monetária sobre provisão para riscos	16.1.2	2.033	2.855
Ganho na baixa do ativo imobilizado/intangível		71	749
Variação nos ativos:			
Clientes		123.525	(86.328)
Despesas antecipadas		4.578	4.116
Depósito judicial	8	12	-
Serviços em curso		(9.517)	(3.189)
Ativo financeiro vinculado à concessão		512.074	501.382
Baixas no ativo imobilizado e intangível		-	132
Outros créditos		3.359	(2.930)
Variação nos passivos			
Fornecedores		(13.608)	(38.351)
Encargos setoriais		(4.197)	4.514
Provisões para grandes reparos	18.2	(109.558)	(128.437)
Partes relacionadas		-	(722)
Salários, provisões e contribuições sociais		(3.108)	(2.781)
Provisões para riscos		(10)	(386)
Capitalização de debêntures		26.371	16.644
Impostos, taxas e contribuições		8.136	(81.123)
Outras obrigações		(1.723)	2
Caixa gerado nas operações		1.277.199	937.757
Pagamento de juros sobre debêntures	15.2	(12.215)	(13.116)
Pagamento de juros sobre empréstimos	14.3	(29.568)	(54.318)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	19.4	(93.655)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(271.074)	(175.406)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		870.687	694.917
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(13.950)	(12.574)
Recebimento na venda de imobilizado		389	1.447
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(13.561)	(11.127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures	15.2	845.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures	15.2	(21.923)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	18	(490.985)	-
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	19.4	(306.234)	-
Pagamentos de principal sobre empréstimos	14.3	(675.000)	(675.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(649.142)	(675.000)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		207.984	8.790
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		167.446	1.133.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		375.430	1.142.417
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		207.984	8.790

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do valor adicionado

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas	21		
Venda de energia e outros serviços		1.478.533	1.457.153
Receita de ativos financeiros		381.471	24.929
		1.860.004	1.482.082
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede		(138.862)	(117.718)
Materiais e serviços de terceiros		(52.326)	(51.114)
Outros custos operacionais		(5.478)	(5.488)
		(196.666)	(174.320)
Valor adicionado bruto		1.663.338	1.307.762
Depreciação e amortização		(129.740)	(126.338)
Valor adicionado líquido produzido		1.533.598	1.181.424
Equivalência patrimonial		(270)	(233)
Outras receitas financeiras		489.724	33.231
Valor adicionado recebido em transferência		489.454	32.998
Valor adicionado total a distribuir		2.023.052	1.214.422
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		23.662	21.318
Benefícios		8.715	7.684
FGTS		1.703	1.918
Participação nos resultados		4.496	4.309
		38.576	35.229
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		423.006	(138.409)
Estaduais		15	619
Municipais		13.176	17.504
		436.197	(120.286)
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis		640	856
Outras despesas financeiras		717.101	1.559.917
		717.741	1.560.773
Remuneração de capitais próprios			
Lucros / prejuízos retidos		830.538	(261.294)
		830.538	(261.294)
Valor adicionado distribuído		2.023.052	1.214.422

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração Às informações trimestrais – em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme mencionado na nota explicativa nº2.4.2, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

Em 2 de março a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do Ofício 23/2021, deferiu o pedido de registro da Companhia como categoria B.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 252.363, principalmente em virtude da variação cambial apurada em relação ao seu empréstimo com partes relacionadas indexada pelo dólar, e transferência do não circulante para o circulante referente ao principal da 1ª emissão de debêntures série 1.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais e captação de novas debêntures.

1.2. Concessão

1.2.1. Contrato de Concessão

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	889,2	05/01/2016	02/07/2046
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	02/07/2046
					4.995,2	2.620,7		

1.3. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o MME lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Projeto de Lei (PL) 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto Original do PL 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela Medida Provisória (MPV) 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a MPV nº 998/2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

Também foi aprovado o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos serão reduzidos para 25% nos próximos 5 anos.

1.4. Fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor — (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoelétricas ao máximo. Em consequência disso, o PLD atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 13 de agosto de 2020 foi votado o PL 3.975/2019, convertido na Lei nº 14.052/ 2020. O texto votado apresenta diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

A Aneel reconheceu, através da Resolução Normativa (REN) nº 895/2020 que resultou da CP 056/2020, o direito de resarcimento (extensão da concessão) às usinas cotistas – o prazo de extensão da outorga, apurado com a garantia física da usina totalmente disponível para comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foi divulgado pela CCEE em março.

Tendo como base os cálculos disponibilizados pela CCEE, a Rio Paraná poderá registrar em 2021 um acréscimo de R\$ 147,9 milhões em seu Ativo Intangível em contrapartida à conta de Recuperação de Custos no resultado. Esse valor representa uma extensão aproximada de 10 meses nos contratos de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá e passará pelas aprovações de acordo com a governança da Companhia a partir da homologação desse valor.

Havia expectativa de que a homologação deste acordo ocorresse no 1º trimestre de 2021, no entanto, tendo em vista que no mesmo dia em que a Aneel votaria a homologação dos períodos de extensão em 30 de março, este item foi retirado de pauta, sem decisão, em razão de recurso administrativo apresentado por outros agentes elegíveis à repactuação face à REN 895/2020.

Ao deliberar sobre o recurso, a Diretoria da Aneel decidiu por maioria acatar parcialmente os pleitos realizados pelos agentes através da alteração dos critérios previstos na REN nº 895/2020, de maneira que os cálculos anteriormente apresentados pela CCEE em 01 de março foram alterados.

A alteração aprovada prevê a inclusão, na mensuração dos impactos sofridos pelos geradores, da parcela da energia não repactuada a partir de 2012, sem a exclusão da parcela já repactuada

em 2015 em período anterior à efetiva repactuação, relativa aos contratos do Ambiente de Contratação Regulada. Os pleitos não apreciados nesta ocasião restaram para deliberação em reunião posterior.

O recurso foi incluído na pauta da reunião de Diretoria da Aneel subsequente em 06 de abril, e após discussão dos pleitos pendentes de votação, houve pedido de vistas por um dos diretores, de modo que não houve decisão final relativa à forma de compensação decorrente da consideração da garantia física das usinas estruturantes no cálculo.

Em 13 de abril, foi publicada a REN 930/2021, contemplando a alteração aprovada na 10ª reunião ordinária da Aneel, fato que motivou abertura de processo pela SeinfraElétrica no Tribunal de Contas da União (TCU) com o argumento de que haveria supostos indícios de ilegalidades no conteúdo da REN 930/2021 e seu processo de aprovação.

O recurso foi pautado nas reuniões de diretoria da Aneel dos dias 01, 15, 22 e 29 de junho, tendo sido retirado de pauta nos dias 01, 22 e 29 de junho e recebido prazo adicional para deliberação na reunião do dia 15 de junho.

Em paralelo, a MPV nº 1.031/ 2021, que trata da desestatização da Eletrobras, recebeu emendas e foi aprovada na Câmara em 19 de maio e no Senado em 17 de junho, e em seguida foi encaminhado para sanção presidencial. O texto aprovado incluiu os pleitos realizados pelos agentes no âmbito do recurso parcialmente pendente de votação na Aneel, qual seja, garantia da compensação a todos os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, incluídas aquelas classificadas como empreendimentos estruturantes e ratificação do direito previsto na REN 930/2021 sobre a consideração da integralidade da garantia física como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento da indenização. Para mais informações referente a publicação da MPV, vide nota explicativa nº 30.1

1.5. Redução da defluência das UHEs Jupiá e Ilha Solteira

A situação hidrológica na qual se encontravam as bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN) no final do 1º trimestre de 2021, caracterizada como a pior do histórico de 91 anos para a bacia do Rio Paraná, motivou a solicitação em 22 de março, pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), de flexibilização da vazão defluente mínima estabelecida para a UHE Jupiá, com o objetivo de contribuir para a preservação dos estoques armazenados em reservatórios de cabeceira do rio e manutenção da segurança hídrica da bacia.

A previsão de condições desfavoráveis para o período seco levou a nova solicitação do ONS, em 07 de maio, para que fosse avaliada a possibilidade de a controlada Rio Paraná aumentar a amplitude dos testes de forma a praticar defluências inferiores a 3.200m³/s, na direção de 2.500m³/s.

Em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de 27 de maio, foi reconhecida a importância da implementação das flexibilizações das restrições hidráulicas de algumas usinas hidrelétricas, dentre elas, as UHEs Jupiá e Ilha Solteira.

Ato contínuo, em 01 de junho, foi publicada a Resolução da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 77, que reconhece a situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná, até 30 de novembro de 2021 e subsidia a adoção de medidas temporárias para assegurar os usos múltiplos da água e buscar a segurança hídrica.

Em 11 de junho de 2021, a Portaria nº 524 foi publicada determinando início imediato a realização de testes de redução de defluência mínima praticada na UHE Jupiá, até atingir o valor de 2.300m³/s de forma estável, a partir de 1º de julho de 2021.

Com o objetivo de melhorar as condições de geração hidrelétrica em Ilha Solteira, em 21 de junho, a ANA publicou a REN 84/2021, autorizando a operação excepcional do reservatório da hidrelétrica Ilha Solteira, mantendo um nível igual ou superior a 325m³ entre 1º de julho e 6 de agosto.

Na sequência, foi publicada a MPV 1.055 de 28 de junho, instituindo a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos, sendo que em 08 de julho a Câmara fixou, dentre outras decisões, as cotas mínimas de operação para o reservatório da usina de Ilha solteira.

De agora em diante, deverão ser aprofundados os estudos pelo ONS, em conjunto com a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios dessas usinas e encaminhar para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da operação.

1.6. COVID – 19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

A Companhia se organizou para proteger seus profissionais e minimizar os impactos negativos nas suas atividades. Para isso, criou um Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões ligadas à pandemia de Covid-19.

Para suas atividades operacionais, protocolou junto à Aneel o Plano de Contingência Operacional para os Centros de Operação da Geração (COGs) e Usinas da CTG Brasil – Covid-19. Dentre as principais ações, tomou medidas para a redução à mínima circulação de pessoas em suas instalações, por meio do isolamento dos times, em turnos e em áreas específicas. Assim, garantiu a segurança de seus profissionais, a regularidade da operação e, para suas atividades administrativas, adotou trabalho remoto, atendendo às recomendações das autoridades de vigilância sanitária.

Foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico, e disponibilizado contato via telemedicina para nossos profissionais e prestadores de serviços, com atendimento diário para acompanhamento da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento ao hospital. Regularmente todas as pessoas que acessam as unidades realizam testagem PCR para identificação de pessoas assintomáticas e, em casos positivos ou suspeito, estas pessoas ficam sem acesso às instalações, até liberação médica.

Campanhas de comunicação e conscientização são periodicamente realizadas com o intuito de apresentar as mais recentes informações científicas e, para isso a CTG realiza palestras online com os mais renomados médicos, cientistas, biólogos ou referências no assunto.

Rotinas de higienização foram reforçadas nos locais de comum acesso, como medição de temperatura e instalação de pontos para higienização das mãos com álcool em gel foram planejados para reduzir o risco de contágio, entre outras.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, que resultaram em poucos e pontuais acordos, estruturados de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas, sem interrupções ou descontinuidade.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes ao desempenho de suas operações e

nem em seus fluxos de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos tempo de suas equipes e recursos financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético da Companhia. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora os resultados sejam positivos até o momento, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2.Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a MPV nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em função do agravamento da pandemia no 1º trimestre de 2021, a Aneel suspendeu em todo o Brasil o corte de energia dos consumidores de baixa renda por inadimplência.

Também está vedado o corte de energia de unidades consumidoras com equipamentos vitais à preservação da vida e dependentes de energia elétrica, além de unidades de saúde, tais como hospitais e centros de produção, armazenamento e distribuição de vacinas.

Outro ponto que beneficia todos os consumidores e as distribuidoras é a suspensão do prazo para o corte de energia de faturas antigas. Com isso, os consumidores passam a dispor de mais tempo para quitar suas contas e as distribuidoras podem direcionar equipes para atividades mais prioritárias.

Essas medidas tiveram validade até 30 de junho de 2021, podendo ser reavaliadas ou prorrogadas, a depender da evolução da pandemia no país.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinadas à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento, com a presente obrigação a Companhia repassou o valor de R\$ 1.299 referente ao período de 01 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2021 e a partir do mês de Fevereiro de 2021 deverá repassar o percentual de 30% dos recursos de P&D para CDE, conforme despacho nº 904 de 30 de março de 2021.

2. Apresentação das informações trimestrais - ITR

2.1. Aprovação das informações trimestrais - ITR

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de agosto de 2021.

2.2. Base de preparação e mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* *International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As informações trimestrais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

As demais informações relativas à apresentação das demonstrações financeiras publicadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras anuais de 2020, permanecem válidas para esse trimestre.

2.4. Base de Consolidação

2.4.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas informações trimestrais da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.4.2. Informações trimestrais consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131 em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados.

O contrato foi firmado em 30 de agosto de 2018 com duração prevista de 5 anos. Nos termos desse contrato, as receitas pelos serviços prestados são faturadas diretamente para o DNIT e a

principal obrigação assumida pela Companhia compreende a operação do sistema de transposição de desnível da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Souza Dias.

Conforme ofício nº 45211/2021 emitido pelo DNIT no dia 09 de abril de 2021, a partir de 12 de abril de 2021 a empresa Rio Paraná Eclusas S.A. foi notificada pela paralisação da prestação de serviços do sistema de transposição de desnível da UHE Engenheiro Sousa Dias.

A Controlada aguarda pela negociação da rescisão do contrato vigente e pelo recebimento das posições em aberto junto ao DNIT.

Durante o ano de 2021 a Rio Paraná Eclusas recebeu o montante de R\$ 879, correspondente a 10 parcelas do aditivo contratual assinado durante o exercício de 2020, permanecendo o valor de R\$ 2.353 a ser recebido.

Considerando que esse investimento não é relevante em 30 de junho de 2021, a Companhia não preparou informações trimestrais consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providencia e disponibiliza informações trimestrais consolidadas de todo o grupo no Brasil.

Seguem, para referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	30/06/2021	31/12/2020
Ativo	1.024	322
Passivo	2.092	2.137
Passivo a descoberto	(1.068)	(1.815)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais de 2020.

4. Gestão de riscos do negócio

As informações sobre fatores de risco descritas nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para essas informações trimestrais, exceto pela atualização das notas explicativas de risco de liquidez, análise de sensibilidade, gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Riscos financeiros

4.1.1. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou

liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Divida	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures	1 ^a	1	Variação DI + 1,05% ao ano	-	137.232	129.105	-	266.337
Debêntures	1 ^a	2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	-	17.294	17.710	338.533	373.537
Debêntures	2 ^a	1	Variação DI + 1,20% ano	-	14.103	15.094	209.625	238.822
Debêntures	2 ^a	2	Variação IPCA + 4,63 % ao ano	-	30.226	31.562	1.119.226	1.181.014
Tokyo-Mitsubishi	-	-	DI + 0,45% ao ano	18.117	745.889	721.745	-	1.485.751
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	-	-	4,29% + Dólar	-	748.169	787.120	1.797.701	3.332.990
				18.117	1.692.913	1.702.336	3.465.085	6.878.451

4.2. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo vinculado a concessão, empréstimos, debêntures e provisão para grandes reparos ao qual a Companhia está exposto na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de junho de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	30/06/2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	DI	3,39%	375.204	12.729
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	1,79%	10.958.684	196.199
			11.333.888	208.928
Passivos financeiros				
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	5,20	(3.199.371)	(131.939)
Provisão para grandes reparos	IPCA	1,79%	(1.132.672)	(20.279)
Provisão para grandes reparos	IGP-M	1,32%	(755.116)	(9.984)
Empréstimo Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	3,39%	(1.350.483)	(52.098)
Debêntures 1 ^a emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	3,39%	(239.864)	(10.741)
Debêntures 1 ^a emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	1,79%	(273.474)	(22.016)
Debêntures 2 ^a emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	3,39%	(194.158)	(8.996)
Debêntures 2 ^a emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	1,79%	(630.070)	(37.889)
			(7.775.208)	(293.942)
Total da exposição líquida			3.558.680	(85.014)

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos	14	1.350.483	2.025.562
Debêntures	15	1.337.566	500.057
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	19.4	3.199.371	3.625.934
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(375.430)	(167.446)
Dívida líquida		5.511.990	5.984.107
Patrimônio líquido		9.376.607	8.546.069
Total do capital		14.888.597	14.530.176
Índice de alavancagem financeira - (%)*		37,0	41,2

* Dívida líquida / Total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Composição

	30/06/2021	31/12/2020
Caixas e bancos	226	81
Aplicações financeiras	375.204	167.365
Certificado de depósito bancário (CDB)	375.204	167.365
	375.430	167.446

5.2. Qualidade de créditos do caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	30/06/2021	31/12/2020
AAA	-	-	375.423	105.745
-	AA	-	1	61.694
-	-	AA	6	7
			375.430	167.446

A íntegra das informações relacionadas à nota de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são as mesmas descritas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

6. Clientes

6.1. Composição

	À vencer		30/06/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	66.274	-	66.274	82.649
Contratos ACR	138.987	-	138.987	142.393
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	68.670	173	68.843	172.587
	273.931	173	274.104	397.629

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são avaliadas periodicamente conforme descrito na nota explicativa nº 6.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

Até o momento não foram observadas perdas por inadimplência em decorrência do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

Rating interno	30/06/2021		31/12/2020	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	-	-	2,2	1.876
2 - Bom	48,7	32.307	31,1	25.683
3 - Satisfatório	42,8	28.379	57,3	47.334
4 - Regular	8,5	5.588	9,4	7.756
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,0	66.274	100,0	82.649

O quadro acima demonstra a qualidade de crédito dos clientes no mercado de contratação livre, mercado que a Companhia avalia como de maior risco.

A íntegra das informações relacionadas a nota de Clientes está descrita na nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras anuais de do exercício de 2020.

7. Tributos a recuperar/recolher e diferido

7.1. Tributos a recuperar / recolher

	30/06/2021	31/12/2020
Ativo		
PIS e COFINS a recuperar	-	2.258
ICMS	2.965	2.104
Outros	290	256
	3.255	4.618
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher do período	211.580	210.875
PIS e COFINS a recolher do mês	9.052	-
Outros	1.648	2.108
	222.280	212.983

7.2. Tributos diferidos

	30/06/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	163.356	58.809	222.165	211.943	76.299	288.242
Provisão de manutenções	95.113	34.241	129.354	24.162	8.698	32.860
Provisões para riscos	5.649	2.034	7.683	5.150	1.854	7.004
Efeitos da outorga	1.126	405	1.531	1.126	405	1.531
Participação nos lucros e resultados	962	346	1.308	1.943	699	2.642
Provisões	464	167	631	1.606	578	2.184
Arrendamento mercantil	183	66	249	146	53	199
Total bruto	266.853	96.068	362.921	246.076	88.586	334.662
Total	266.853	96.068	362.921	246.076	88.586	334.662
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos da outorga	(880.478)	(316.972)	(1.197.450)	(747.580)	(269.129)	(1.016.709)
Juros sobre depósito vinculado	(16.567)	(5.964)	(22.531)	(15.492)	(5.577)	(21.069)
Total bruto	(897.045)	(322.936)	(1.219.981)	(763.072)	(274.706)	(1.037.778)
Imposto diferido líquido	(630.192)	(226.868)	(857.060)	(516.996)	(186.120)	(703.116)

A Companhia tem a expectativa de exigibilidade e de (realização) do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2021	2022	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.405	(148.258)	(170.183)	(177.459)	(226.292)	(155.273)	(857.060)

8. Depósitos judiciais

Fiscais	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	477.820
Variações monetárias	4.299
(-) Baixas	(12)
Saldo em 30 de junho de 2021	482.107

A íntegra das informações relacionadas aos depósitos judiciais está descrita na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

9. Ativo financeiro vinculado a concessão

9.1. Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

9.1.1. Composição

	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	268.856	6.586.961	6.855.817	268.856	6.721.389	6.990.245
Juros e atualização monetária	791.921	3.310.946	4.102.867	1.017.845	2.569.123	3.586.968
	1.060.777	9.897.907	10.958.684	1.286.701	9.290.512	10.577.213

9.1.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.577.213
Juros e atualização monetária	893.545
Liquidação juros e atualização monetária	(377.646)
Liquidação principal	(134.428)
Saldo em 30 de junho de 2021	10.958.684

A íntegra das informações relacionadas ao ativo financeiro vinculado a concessão está descrita na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

10. Imobilizado

10.1. Composição

	30/06/2021		31/12/2020		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	196	(90)	106	116	10,2%
Veículos	6.153	(2.426)	3.727	3.673	13,7%
Móveis e utensílios	2.437	(720)	1.717	1.483	4,6%
Outros	7.634	(749)	6.885	5.836	19,6%
	16.420	(3.985)	12.435	11.108	

10.2. Movimentação

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/06/2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	116	-	-	-	(10)	106
Veículos	3.673	-	(71)	546	(421)	3.727
Móveis e utensílios	1.483	-	-	290	(56)	1.717
Outros	5.836	1.798	-	-	(749)	6.885
	11.108	1.798	(71)	836	(1.236)	12.435
Em curso						
	-	836	-	(836)	-	-
	-	836	-	(836)	-	-
	11.108	2.634	(71)	-	(1.236)	12.435
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/06/2020
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	631	-	(486)	-	(19)	126
Veículos	3.368	-	(131)	865	(380)	3.722
Móveis e utensílios	468	7	-	767	(114)	1.128
Outros	5.906	1.101	-	-	(578)	6.429
	10.373	1.108	(617)	1.632	(1.091)	11.405
Em curso						
	-	1.632	-	(1.632)	-	-
	-	1.632	-	(1.632)	-	-
	10.373	2.740	(617)	-	(1.091)	11.405

A íntegra das informações relacionadas ao imobilizado está descrita na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

11. Intangível

11.1. Composição

	30/06/2021		31/12/2020		Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Infraestrutura de concessão	6.512.840	(2.549.355)	3.963.485	4.030.866	2,5%
Provisão para grandes reparos	2.863.840	(355.067)	2.508.773	2.259.289	3,2%
Software	6.980	(4.661)	2.319	2.464	18,1%
	9.383.660	(2.909.083)	6.474.577	6.292.619	
Em curso					
	35.991	-	35.991	39.352	
	35.991	-	35.991	39.352	
	9.419.651	(2.909.083)	6.510.568	6.331.971	

11.2. Movimentação

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/06/2021
Em serviço					
Infraestrutura de concessão	4.030.866	-	14.192	(81.573)	3.963.485
Provisão de grandes reparos	2.259.289	295.785	-	(46.301)	2.508.773
Software	2.464	-	485	(630)	2.319
	6.292.619	295.785	14.677	(128.504)	6.474.577
Em curso					
	39.352	11.316	(14.677)	-	35.991
	39.352	11.316	(14.677)	-	35.991
	6.331.971	307.101	-	(128.504)	6.510.568

Do valor total das adições ocorridas no período, o montante classificado na linha de “Em curso” R\$ 1.330 se refere a licença para implementação do novo ERP e na linha de provisão para grandes reparos se refere a captação da 2ª. emissão série 2 de debêntures, conforme a nota explicativa nº 18.2.

	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/06/2020
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	4.193.329	-	(132)	4.212	(82.664)	4.114.745
Provisão de grandes reparos	2.180.566	-	-	-	(42.042)	2.138.524
Software	2.136	-	-	1.222	(541)	2.817
	6.376.031	-	(132)	5.434	(125.247)	6.256.086
Em curso						
	22.640	9.834	-	(5.434)	-	27.040
	22.640	9.834	-	(5.434)	-	27.040
	6.398.671	9.834	(132)	-	(125.247)	6.283.126

A íntegra das informações relacionadas ao intangível está descrita na nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

12. Fornecedores

12.1. Composição

	30/06/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica	1.225	4.362
Materiais e serviços contratados	25.266	33.152
Encargos de uso da rede elétrica	42.033	44.618
Tust	42.033	44.618
	68.524	82.132

13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Em 1 de março de 2021 a Aneel homologou a Lei nº 14.120 que rege as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para mais informações, vide nota explicativa nº 1.6.2.

13.2. Composição

	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	13.230	-	13.230	19.253	-	19.253
P&D	30.842	36.898	67.740	21.486	44.020	65.506
TFSEE	3.560	-	3.560	4.586	-	4.586
CDE	618	-	618	-	-	-
	48.250	36.898	85.148	45.325	44.020	89.345

A íntegra das informações referentes aos encargos setoriais está descrita na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

14. Empréstimos

14.1. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	30/06/2021					
			Circulante			Não circulante		
			Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	483	675.483	675.000	-	675.000
			675.000	483	675.483	675.000	-	675.000

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	31/12/2020					
			Circulante			Não circulante		
			Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	562	675.562	1.350.000	-	1.350.000
			675.000	562	675.562	1.350.000	-	1.350.000

14.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2023
Tokyo-Mitsubishi	675.000

14.3. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.025.562
Apropriação de juros	29.489
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(29.568)
Saldo em 30 de junho de 2021	1.350.483

A Companhia realizou em março e junho pagamento de juros nos montantes de R\$11.696 e R\$17.872, respectivamente. Além de pagamento de principal em junho no valor de R\$ 675.000.

14.4. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.4.1. Covenants Financeiros

Para o período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Índice financeiro	Limites	30/06/2021
Dívida líquida / Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	1,7

A íntegra das informações relacionadas aos empréstimos está descrita na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

15. Debêntures

15.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	30/06/2021					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	
1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	(225)	119.775	120.000	89	120.089
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	-	(3.690)	(3.690)	240.000	36.138	276.138
2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	-	276	276	195.000	(1.118)	193.882
2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	1.901	1.901	650.000	(20.805)	629.195
				120.000	(1.738)	118.262	1.205.000	14.304	1.219.304

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	31/12/2020		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(524)	239.476
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	20.581	260.581
				480.000	20.057	500.057

15.2. Movimentação

	1ª Emissão		2ª Emissão		Total
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	239.476	260.581	-	-	500.057
Captação de debêntures	-	-	195.000	650.000	845.000
Custos de transação	-	-	(1.118)	(20.805)	(21.923)
Capitalização de custos de transação	172	565	-	173	910
Capitalização de juros	4.284	8.175	-	702	13.161
Capitalização de variação monetária	-	11.274	-	1.026	12.300
Amortização de custos de transação	-	-	32	-	32
Apropriação de juros	-	-	244	-	244
Pagamento de juros	(4.068)	(8.147)	-	-	(12.215)
Saldo em 30 de junho de 2021	239.864	272.448	194.158	631.096	1.337.566

A Companhia realizou em 15 de junho pagamento de juros no montante de R\$ 12.215, referente a 1ª emissão séries 1 e 2.

15.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Debêntures	114.309	330.225	136.040	638.730	1.219.304

15.4. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

15.4.1. Covenants financeiros

Índice financeiro	Limites	30/06/2021
Ebitda / Resultado financeiro ajustado	Igual ou superior a 2,0	9,98
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	1,06
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,29

15.5. Captação da 2ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2021 a Companhia captou R\$ 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 2ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 22 de junho de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária relevantes incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1 composta de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em dez anos, totalizando assim 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- i. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de abril de 2021 e;

ii. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2021 (em conjunto com as “RCAs da Companhia”).

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados conforme abaixo:

- i. A totalidade dos recursos obtidos com a série 1 serão destinados a reforço do capital de giro;
- ii. A totalidade dos recursos obtidos com a série 2 serão destinados para investimento, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos de grandes reparos (modernização) das usinas hidrelétricas denominadas Jupiá e Ilha Solteira, vide nota explicativa nº 18.2;

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da 2ª emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de 1ª emissão.

Os juros remuneratórios da 2ª emissão de debêntures da série 1 correspondem a 100% da taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, para a série 2 os juros serão atualizados pela variação do IPCA acrescidos de juros de 4,63% ao ano.

A íntegra das informações relacionadas às demais debêntures está descrita na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

16. Provisões para riscos

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das provisões, contingências e suas circunstâncias estão descritas na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 e permanecem válidas em todos os aspectos relevantes para essas ITR.

16.1. Provisões para riscos

16.1.1. Composição

	30/06/2021			31/12/2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões
Regulatórias	158.259	-	158.259	156.264
Ambientais	1.151	-	1.151	816
Trabalhistas	168	(10)	158	174
	159.578	(10)	159.568	157.254

16.1.2. Movimentação

	Regulatórias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156.264	174	816	157.254
Provisões / (reversões)	-	(9)	300	291
Variações monetárias	1.995	3	35	2.033
	1.995	(6)	335	2.324
Depósitos judiciais (Adições)	-	(10)	-	(10)
		(10)		(10)
Saldo em 30 de junho de 2021	158.259	158	1.151	159.568

16.2. Contingências possíveis

	30/06/2021	31/12/2020
Ambientais	1.212.732	1.063.095
Fiscais	482.893	478.578
Trabalhistas	11.789	11.854
Cíveis	4.337	3.920
	1.711.751	1.557.447

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

A principal variação da contingência ambiental é explicada basicamente por 2 (dois) autos de infração junto ao IBAMA em face da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

17. Juros sobre capital próprio a pagar

	Saldo em 31/12/2020	JSCP pagos	Saldo em 30/06/2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	379.968	(327.325)	52.643
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	189.982	(163.660)	26.322
	569.950	(490.985)	78.965

Conforme AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, em 12 março e 17 de junho ocorreram pagamentos parciais de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia.

A íntegra das informações relacionadas aos juros sobre capital próprio a pagar está descrita na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

18. Provisão para grandes reparos

18.1. Composição

	30/06/2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	452.162	3.619.425	4.071.587
(-) Ajuste a valor presente	(283.894)	(1.899.905)	(2.183.799)
	168.268	1.719.520	1.887.788

	31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	323.205	3.102.993	3.426.198
(-) Ajuste a valor presente	(256.070)	(1.713.701)	(1.969.771)
	67.135	1.389.292	1.456.427

18.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.426.198	(1.969.771)	1.456.427
Realização de provisão	(109.558)	-	(109.558)
Recurso parcial de debêntures	295.785	-	295.785
Atualização	459.163	-	459.163
Amortização - Ajuste a valor presente	-	(214.029)	(214.029)
Saldo em 30 de junho de 2021	4.071.588	(2.183.800)	1.887.788

A Companhia utilizou inicialmente parte do recurso captado na 2ª emissão serie 2 de debêntures para gastos provenientes a grandes reparos (modernização), conforme previsto e destacado na nota explicativa nº 15.5.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

19. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

19.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Benefícios de curto prazo para administradores	995	1.992	1.014	2.026
Benefícios pós-emprego	40	79	38	73
	1.035	2.071	1.052	2.099

19.2. Composição

	30/06/2021			31/12/2020		
	Passivo			Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	3.268	-	3.268	4.068	-	4.068
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	-	-	-	2.138	-	2.138
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	387	-	387	370	-	370
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	596.664	2.602.707	3.199.371	621.592	3.004.342	3.625.934
	600.319	2.602.707	3.203.026	628.168	3.004.342	3.632.510

19.3. Resultado

	01/01/2021 a 30/06/2021			
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	(19.301)	-	(19.301)
Rio Verde Energia S.A.	(16.565)	-	-	(16.565)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(2.357)	(2.357)
	(16.565)	(19.301)	(2.357)	(38.223)

	01/01/2020 a 30/06/2020			
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	(23.374)	-	(23.374)
Rio Verde Energia S.A.	-	-	-	-
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(14.769)	-	-	(14.769)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(2.255)	(2.255)
	(14.769)	(23.374)	(2.255)	(40.398)

19.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.625.934
Pagamento de principal	(306.234)
Pagamento de juros	(93.655)
Apropriação de juros	91.217
Variação cambial	(117.891)
Saldo em 30 de junho de 2021	3.199.371

No dia 20 de maio a Companhia realizou o pagamento de juros e principal do empréstimo de partes relacionadas com a empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

A íntegra das informações sobre partes relacionadas está descrita na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

20. Patrimônio Líquido

20.1. Capital social subscrito e integralizado

Posição acionária em 30/06/2021 e 31/12/2020		
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

A íntegra das informações sobre patrimônio líquido está descrita na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

21. Receita operacional líquida

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	206.963	459.071	202.488	433.156
Contratos ACR	674.552	1.348.913	659.218	1.319.996
Mercado de curto prazo (MCP)	8.916	40.580	10.763	73.414
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	10	2.974	2.951
	890.431	1.848.574	875.443	1.829.517
Receita de ativos financeiros				
Juros e atualização monetária	423.597	893.545	167.628	526.311
Liquidação juros e atualização monetária	(188.823)	(377.646)	(183.477)	(366.954)
Liquidação principal	(67.214)	(134.428)	(67.214)	(134.428)
	167.560	381.471	(83.063)	24.929
Total receita operacional bruta	1.057.991	2.230.045	792.380	1.854.446
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(74.812)	(155.877)	(73.696)	(154.660)
ICMS	(814)	(1.740)	(689)	(1.421)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(7.760)	(16.110)	(7.561)	(15.767)
Compensação financeira de recursos hídricos	(14.687)	(30.577)	(19.383)	(40.471)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(2.031)	(4.062)	(1.973)	(3.945)
Encargos de uso da rede elétrica (TUST e TUSD)	(80.837)	(161.675)	(70.586)	(156.100)
	(180.941)	(370.041)	(173.888)	(372.364)
Receita operacional líquida	877.050	1.860.004	618.492	1.482.082

O aumento de juros e atualização monetária foi impactado pelo aumento do IPCA registrado no decorrer do ano de 2021.

A íntegra das informações sobre a receita operacional líquida está descrita na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

22. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede

22.1. Energia comprada

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Contratos bilaterais	3.717	26.512	25.367	35.111
Mercado de curto prazo (MCP)	7.581	22.329	-	(373)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.368	4.945	(1.004)	2.461
(-) Crédito de PIS	(97)	(852)	(430)	(1.404)
(-) Crédito de COFINS	(445)	(3.926)	(1.979)	(6.468)
	12.124	49.008	21.954	29.327

Durante o 1º trimestre de 2021 a Companhia efetuou compra de energia para garantir lastro na estratégia de sazonalização do período.

22.2. Encargos de uso da rede elétrica

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Tust	41.688	83.063	47.098	79.384
Tusd	1.009	1.993	556	1.107
Encargos de conexão	10	20	14	28
(-) Crédito de PIS	(701)	(1.405)	(671)	(1.329)
(-) Crédito de COFINS	(3.227)	(6.471)	(3.090)	(6.119)
	38.779	77.200	43.907	73.071

A íntegra das informações a respeito dos encargos de uso da rede elétrica está descrita na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

23. Resultado financeiro

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas				
Aplicações financeiras	4.437	5.693	11.430	23.093
Variações monetárias	9.101	17.814	3.576	7.900
Depósitos judiciais	2.565	4.299	3.576	7.900
Inadimplência CCEE	6.536	13.515	-	-
Variação cambial ativa	465.182	465.182	607	607
Outras receitas financeiras	55	93	73	461
	478.775	488.782	15.686	32.061
Despesas				
Juros	(57.210)	(120.950)	(96.351)	(217.664)
Juros sobre debêntures	(244)	(244)	-	-
Juros sobre empréstimos	(17.616)	(29.489)	(23.136)	(53.101)
Juros sobre partes relacionadas	(39.350)	(91.217)	(73.215)	(164.563)
Variação cambial passiva	-	(347.291)	(241.078)	(1.253.953)
Variações monetárias	(1.246)	(2.033)	(1.124)	(2.855)
Provisões para riscos	(1.246)	(2.033)	(1.124)	(2.855)
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos	(110.405)	(245.134)	(36.860)	(83.929)
Outras despesas financeiras	(990)	(1.795)	(777)	(1.705)
	(169.851)	(717.203)	(376.190)	(1.560.106)
	308.924	(228.421)	(360.504)	(1.528.045)

24. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	30/06/2021			30/06/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		1.258.079			(395.689)	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(314.520)	(113.227)	(427.747)	98.922	35.612	134.534
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Equivalência patrimonial de controlada	(68)	(24)	(92)	(58)	(21)	(79)
Incentivos fiscais	435	-	435	443	-	443
Outras adições permanentes, líquidas	(97)	(40)	(137)	(391)	(145)	(536)
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(314.250)	(113.291)	(427.541)	98.916	35.446	134.362
IRPJ e CSLL correntes	201.057	72.541	273.598	198.225	71.525	269.750
IRPJ e CSLL diferidos	113.193	40.750	153.943	(297.141)	(106.971)	(404.112)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	314.250	113.291	427.541	(98.916)	(35.446)	(134.362)
Ajustes correntes - períodos anteriores	-	-	-	(33)	-	(33)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	314.250	113.291	427.541	(98.949)	(35.446)	(134.395)
Alíquota efetiva	25,0%	8,9%	33,9%	25,0%	9,0%	34,0%

25. Lucro por ação

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Numerador				
Lucro líquido / (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Acionistas controladores	445.356	553.720	31.058	(174.205)
Acionistas não controladores	222.645	276.818	15.527	(87.089)
	668.001	830.538	46.585	(261.294)
Denominador (Média ponderada de números de ações)				
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326	7.014.326	7.014.326
Lucro líquido / (prejuízo) básico e diluído por ação				
Ações ordinárias	0,09523	0,11841	0,00664	(0,03725)

26. Instrumentos financeiros

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para esse ITR, exceto pela tabela abaixo:

26.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	30/06/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	226	226	81	81
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	375.204	375.204	167.365	167.365
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	274.104	274.104	397.629	397.629
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	Nível 2	10.958.684	10.958.684	10.577.213	10.577.213
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	482.107	482.107	477.820	477.820
			12.090.325	12.090.325	11.620.108	11.620.108
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	68.524	68.524	82.132	82.132
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	85.148	85.148	89.345	89.345
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	3.203.026	3.203.026	3.632.510	3.632.510
Provisões para grandes reparos	Custo amortizado	Nível 2	1.887.788	1.887.788	1.456.427	1.456.427
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	1.350.483	1.350.483	2.025.562	2.025.562
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.337.566	1.379.346	500.057	554.396
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	78.965	78.965	569.950	569.950
			8.011.500	8.053.280	8.355.983	8.410.322

27. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2020 a 04/08/2021	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2020 a 04/08/2021	150.000
Lucro cessante	04/08/2020 a 04/08/2021	966.092
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2020 a 08/12/2021	150.000
Risco cibernético	08/09/2020 a 08/09/2021	30.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

28. Transação não caixa

	30/06/2021	30/06/2020
Recurso parcial de debêntures	295.785	-

29. Compromissos

29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2028, comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2046 e contratos de compra até dezembro de 2021.

30. Eventos subsequentes

30.1. Medida provisória 1031/2021

Em 13 de julho, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.182/2021, proveniente da sanção parcial da MPV 1031/2021, acatando sugestões de voto dos Ministérios da Economia, Minas e Energia e da Advocacia Geral da União.

Dentre as aprovações, O texto votado também incluiu os pleitos realizados pelos agentes no âmbito do recurso parcialmente pendente de votação na Aneel, qual seja, garantia da compensação a todos os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, incluídas aquelas classificadas como empreendimentos estruturantes e ratificação do direito previsto na REN 930/2021 sobre a consideração da integralidade da garantia física como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento da indenização. Com isso, a expectativa é de que a Aneel retome a homologação dos valores de indenização referente aos empreendimentos não afetados pela aprovação da lei nº 14.182/2021, calculados com base na REN 895/2020.

30.2. Resolução 2.919/2021

Em 12 de agosto de 2021 foi publicada a resolução 2.919/2021 da Aneel homologando a extensão do prazo de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores apurados da concessão da outorga. A homologação foi realizada conforme cálculos divulgados pela CCEE em março de 2021, baseados na REN 895/2020, contemplando as usinas que não foram afetadas pelas alterações trazidas pela lei 14.182/2021, que é o caso das usinas da Companhia. O impacto financeiro permanece divulgado na nota explicativa nº 1.4.

30.3. Atualização da RAG ciclo 2021/2022

Foi publicada em 22 de julho de 2021 Resolução homologatória nº 2.902/2021 para a RAG referente ao período de julho/2021 até junho/2022, devido aos excelentes índices de disponibilidade (dezembro/2020) das UHEs Ilha Solteira (94,36%) e Jupiá (91,42%), diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 19,5 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl) que afere o padrão de qualidade da UHE.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da RIO PARANÁ ENERGIA S.A. (“Companhia”), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.06.2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.06.2021.

São Paulo, 09 de agosto de 2021.

Evandro Leite Vasconcelos // Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Jose Renato Domingues
Conselheiro

Hong Qin
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Márcio José Peres
Diretor